

MENSAGEM AOS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



A contribuição do setor de infraestrutura, construção civil e indústria imobiliária para a agenda do desenvolvimento econômico e social sustentado

A pavimentação dos caminhos do crescimento, a oferta de um lugar para todas as atividades humanas, a produção de cidades cada vez mais inclusivas e o desenvolvimento nacional dependem da Engenharia, da Arquitetura e da indústria da infraestrutura, construção civil e imobiliária.

Esses setores impactam de forma determinante o crescimento do Brasil.

Individualmente, o segmento de infraestrutura, construção e imobiliário:

- Representa 7% do PIB
- Responde por 9% de todos os tributos gerados no Brasil

De 2011 a 2020, realizou 49,46% da Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja, quase 50% dos investimentos no País

- A cada R\$ 28 bilhões investidos em infraestrutura temos: 943,5 mil empregos, adição de R\$ 40,4 bilhões no PIB e de R\$ 6,4 bilhões em impostos arrecadados, e 14,4 bilhões em salários circulando na economia

- Cada real investido na produção de uma nova habitação aumenta a arrecadação de tributos em R\$ 0,62, considerando os efeitos diretos, indiretos ou induzidos. No pós-chaves, são gerados mais 36% dos valores das moradias em termos de demanda para os diversos setores da economia, incluindo a própria construção. E, em termos de geração de renda (PIB), esse adicional é da ordem de 16%; em termos de tributos, mais 8%

- Embasa praticamente todas as atividades. Movimenta, direta e indiretamente, 62 segmentos da indústria nacional, chegando a 90 deles, quando incluído o setor de serviços

- Absorve 10% dos trabalhadores. São mais de 12 milhões de empregos diretos, indiretos ou induzidos oferecidos a brasileiros com diferentes níveis de conhecimento ou escolaridade - de doutores PHD a iletrados, sendo que a estes últimos são proporcionados cursos de alfabetização e qualificação profissional, capacitando-os para atuação no mercado formal de trabalho. Os multiplicadores do emprego mostram o efeito do investimento de R\$ 1 milhão no setor: são criados 18,31 postos de trabalho. Em relação ao pessoal

ocupado, a relação é de 3,31 para R\$ 1 milhão investido na produção de moradia

- Produz cidades para 85% da população que hoje vive em áreas urbanas, percentual que chegará a 90% em poucos anos, em âmbito nacional, e que já é de 96% no Estado de São Paulo, sendo que 42% de seus habitantes estão concentrados em nove municípios. Cidadãos que demandam cada vez mais moradias em espaços adensados com infraestrutura; almejam cidades acessíveis, sem segregação
- Oferece lares para todas as faixas de renda familiar e proporciona benefícios diretos como mais saúde, segurança pública e, principalmente, dignidade humana

Para apoiar o próximo governo de São Paulo na tarefa de ajudar os cidadãos, nosso maior objetivo econômico e social é aumentar a participação do setor imobiliário no PIB estadual. Mais que aumentar, dobrar!

A meta é trabalhar junto com o governo para que São Paulo siga firme nos trilhos do desenvolvimento sustentado, tendo por base pontos que colocamos para discussão com os candidatos:

- Segurança jurídica, garantindo a irretroatividade das leis constitucionalmente aprovadas, de forma a não suprimir direitos e oferecer previsibilidade. A atividade econômica representada pelos setores aqui reunidos, que os questionamentos a elas sejam evitados, que os atos jurídicos perfeitos funcionem de fato e que os princípios do consequencialismo orientem decisões judiciais. Este é um tema que tem de ser discutido e enfrentado pela sociedade, assim como acordos legais que permitam a continuidade de obras de infraestrutura paralisadas e a realização de novas iniciativas, todas elas indispensáveis à prosperidade do Estado
- Reformas que promovam avanços consistentes, com ênfase à maior eficiência da máquina pública e à valorização do bom funcionário público
- Política estadual de investimento em infraestrutura, com recursos oriundos do orçamento público, contemplando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, saneamento, logísticas e demais áreas sobre as quais se alicerça o progresso
- Política habitacional perene. Programas de Estado, não de governos, com manutenção, aprimoramento e intensificação de planos de habitação que viabilizem o acesso à moradia digna, em suas diversas modalidades, voltados a todas as faixas de renda, em especial às famílias menos favorecidas
- Política de desenvolvimento urbano, com diretrizes a serem atendidas em âmbito estadual, estimulando formas modernas de ocupação territorial, com adensamento em locais das cidades onde haja infraestrutura instalada e subutilizada, haja vista que muitos cidadãos estão delas excluídos. Ao assegurar o acesso de todos a essas regiões, menor é a despesa com ampliação de equipamentos urbanos. Cidades compactas beneficiam maior número de cidadãos e proporcionam a convivência harmoniosa entre os diversos grupos da sociedade, com custo de vida mais baixo, melhor qualidade de vida, segurança e serviços públicos mais eficientes, maior arrecadação de impostos, moradia e trabalho próximos diminuindo deslocamentos, trazendo melhoria do trânsito, bem-estar e economia de escala
- Política de crescimento sustentável, incentivando soluções técnicas e inovadoras que garantam a atuação do setor produtivo em linha com a responsabilidade ambiental e a preservação dos recursos naturais
- Política estadual para recuperação de áreas degradadas e contaminadas, com estímulo ao uso de tecnologias de engenharia moderna visando ampliar o volume de espaços que, com soluções adequadas, podem ser destinados à habitação ou a outras formas de uso, também contribuindo com a preservação ambiental, a exemplo do que têm feito diversos países
- Implantar programas de desburocratização e digitalização de procedimentos e documentos, trazendo

transparência, eficiência, confiança e melhoria ao ambiente de negócios

- Manter e dinamizar programas de privatizações, concessões e marcos legais para que o setor público compartilhe com o setor privado a missão de prover a oferta de serviços essenciais. Dessa forma, o Estado disporá de recursos para investir massivamente em áreas de real interesse da população, cumprindo o que estabelece o artigo 6º da Constituição Federal:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

Estamos prontos para, em conjunto com o governo federal, trabalhar por um país livre e democrático, com maior igualdade social, oportunidades para todos e dignidade comum.

Fontes: IBGE, CAGED, SEADE, CBIC

